

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/CMPN/2024

Inexigibilidade Lei 14.133/2021

Nº DE ORDEM: 001/2024

Objeto: Contratação de empresa de abastecimento contínuo de água tratada e coleta de esgoto.



AUTUAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/CMPN/2024

INEXIGIBILIDADE Nº001/CMPN/2024

OBJETO: Contratação de empresa de abastecimento contínuo de água tratada e coleta de esgoto.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de janeiro de 2024, na sede da Câmara Municipal de Ponte Nova – MG foi autuado o presente Procedimento Licitatório.

Anexei ao processo, nesta data, os seguintes documentos:

- Formalização da Demanda;
- Termo de referência.
- Certidões de Exclusividade do Fornecedor.
- Declaração de adequação orçamentária e financeira.
- Parecer Jurídico.
- Autorização da Presidência para processamento da compra.
- Indicação da Modalidade da Compra.

Ponte Nova - MG, 19 de janeiro de 2024.


Kamila Monteiro Magalhães
Divisão Administrativa



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD Nº 01/2024

Unidade Requisitante	Divisão Administrativa
Responsável pela Demanda	Kamila Monteiro Magalhães

1. Identificação e Justificativa da Demanda:

Demanda-se a abertura de processo de inexigibilidade, nos termos do art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021, para contratação de empresa de abastecimento contínuo de água tratada e coleta de esgoto para a Câmara Municipal de Ponte Nova no exercício de 2024.

A manutenção do fornecimento de água encanada e coleta de esgoto da sede da Câmara de Ponte Nova é indispensável para a continuidade dos serviços prestados à população.

2. Resultados a Serem Alcançados:

Com a prestação de serviço pleiteada neste documento será possível garantir o abastecimento de água tratada e coleta de esgoto da sede da Câmara Municipal de Ponte Nova.

3. Levantamento Preliminar do Serviço:

Item	Descrição do serviço	Quantidade	Valor	Valor Total
01	Abastecimento de água tratada e coleta de esgoto.	12	R\$ 162,75	R\$ 1.953,00

4. Origem dos recursos:

A indicação da dotação orçamentária será realizada pelo setor de Contabilidade. Os serviços serão custeados com recursos próprios.

5. Data esperada para atendimento e avaliação de riscos:

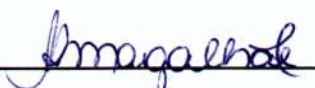
É esperado que o atendimento da demanda ocorra até 19/01/2024. Caso a demanda não seja atendida, o risco será o descrito abaixo:

Risco	Impacto	Medida Mitigatória	Gravidade		
			Alta	Média	Baixa
Empresa não possuir cadastro no SICAF.	Impossibilidade da realização da contratação..	Solicitar a empresa que realize o cadastramento.		x	

6. Indicação de membros para elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência:

Kamila Monteiro Magalhães

Ponte Nova, 03 de janeiro de 2023.



Kamila Monteiro Magalhães
Chefe de Divisão Administrativa
Autoridade competente da unidade requisitante

Autorização para prosseguimento do Processo Licitatório:



Wellerson Mayrink de Paula
Presidente da Câmara de Ponte Nova

TERMO DE REFERÊNCIA

I – DESCRIÇÃO DETALHADA

1. FINALIDADE DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem como finalidade a contratação por inexigibilidade empresa de abastecimento contínuo de água potável e coleta de esgoto.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Por se tratar de serviço essencial para a Câmara de Ponte Nova desempenhar suas atividades e cuja interrupção compromete a continuidade dos serviços prestados pelo poder Legislativo, faz-se necessário o serviço oferecido pelo Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento da cidade de Ponte Nova.

2.2. A presente contratação fundamenta-se no art. 74, I, da Lei 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

3. DA DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Refere-se a contratação de empresa para fornecimento água encanada e coleta de esgoto da sede da Câmara Municipal de Ponte Nova, a não realização do Estudo Técnico Preliminar não prejudicará a contratação dos produtos, conforme Lei 14.133/21:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

Sendo assim, considerando que a contratação do serviço se trata de objeto específico que não necessita de estudo minucioso, dispensa-se o Estudo Técnico Preliminar, nos termos do entendimento proferido da consulta nº1102289, do TCE-MG.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto desta inexigibilidade é a contratação da empresa DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO – DMAES para a prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto da Câmara Municipal de Ponte Nova no exercício de 2024.

4.2. A duração do contrato de prestação de serviço poderá assumir prazo indeterminado, conforme artigo 109 da Lei 14.133/2021.

Art.109. A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

5. DA INVIABILIDADE DA COMPETIÇÃO

5.1. Considerando que a contratada goza de exclusividade em relação à comercialização do fornecimento de água e coleta de esgoto no município de Ponte Nova, sendo a autarquia a única a fornecer os serviços a serem contratados, certamente não haveria possibilidade de competição, justificando a inexigibilidade do processo licitatório.

6. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. Os pagamentos serão realizados de forma mensal conforme o consumo de água gasto pela Câmara de Ponte Nova.

6.2. Foi considerado a estimativa de consumo dos anos de 2022 e 2023. No ano de 2022 o valor anual pago com o abastecimento de água da Câmara de Ponte Nova foi de R\$ 1.383,87 (um mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e sete centavos), no ano de 2023 o valor consumido foi de R\$ 1.627,52 (um mil, seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos), observamos um acréscimo de 17% no valor do consumo entre os respectivos anos. Portanto, para estimar o valor de 2024 iremos considera um acréscimo de 20% do consumo. Importante destacar que não foi considerado os anos de 2020 e 2021 devido a pandemia na qual os trabalhos da Câmara de Ponte Nova se deu por home office.

7. DO VALOR CONTRATADO:

ID	Solução	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa para fornecimento de água e captação de esgoto da sede da Câmara Municipal de Ponte Nova.	12	R\$162,75	R\$ 1.953,00

8. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado anual da contratação é de R\$ 1.953,00 (um mil, novecentos e cinquenta e três reais).

Ponte Nova – MG, 03 de janeiro de 2023

Kamila Monteiro Magalhães
Chefe da Divisão Administrativa

ANEXO I (DESCRIÇÃO DOS ITENS)

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	Quantidade	Valor Unitário	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para fornecimento de água e captação de esgoto da sede da Câmara Municipal de Ponte Nova.	4146	12	R\$ 162,75	R\$ 1.953,00

[Assinatura]

ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.1 Habilitação jurídica

- 1.1.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 1.1.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.1.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 1.1.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.1.5 **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 1.1.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.1.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 1.1.8 **Sociedade cooperativa:** *ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.*
- 1.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

- 1.2.1 prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 1.2.2 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 1.2.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.2.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.2.5 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 1.2.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 1.2.7 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 1.2.7.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 1.2.8 prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - 1.2.8.1 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/distritais e/ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
- 1.3 **Habilitação econômico-financeira:**
 - 1.3.1 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea "c", da IN Seges/ME nº 116/2021) ou de sociedade simples;
 - 1.3.2 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 1.4 **Habilitação técnica:**
- 1.5 Em relação às fornecedoras cooperativas:
 - 1.5.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa,

respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

- 1.5.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 1.5.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 1.5.4 O registro previsto na Lei nº 5.764, de 1971, art. 107;
- 1.5.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 1.5.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - a) ata de fundação;
 - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.º 5.764, de 1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

[Assinatura]

[Assinatura]



Instituto Mineiro de Gestão das Águas



CERTIFICADO

Portaria n.º 1283/2004 de 18.05.2004

Outorga de direito de uso de águas públicas estaduais.

Prc.2064/2003. Outorgante: Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

Outorgado:	Departamento Municipal de Água e Saneamento - DMAES
CPF/CGC:	CNPJ: 23.802.507/0001-64
Curso d'água:	Rio Piranga
Bacia Estadual:	Rio Piranga
Bacia Federal:	Rio Doce
Ponto Captação:	20°25'11" S e 42°54'36" W
Vazão Outorgada:	200,0 (l/s)
Prazo:	20 (vinte) anos – Válida até 18.05.2024
Município:	Ponte Nova - MG

Obrigação do Outorgado: Respeitar normas do Código de Águas e Legislação do Meio Ambiente.

Belo Horizonte, 25.05.2004



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM



CERTIFICADO

Portaria n.º 02265/2009 de 03.09.2009

Outorga de direito de uso de águas públicas estaduais.

Prc.00728/2007. Outorgante: Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

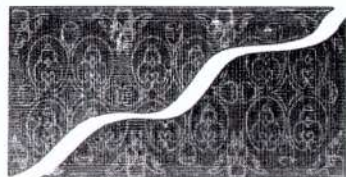
Outorgado:	Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento - DMAES
CPF/CNPJ:	CNPJ: 23.802.507/0001-64
Curso d'água:	Poço Tubular
Bacia Estadual:	Rio Piranga
Bacia Federal:	Rio Doce
Ponto Captação:	20°20'59"S e 42°55'18"W
Vazão Outorgada:	5,0 (m ³ /h)
Prazo:	20 (vinte) anos – Válida até 03.09.2029
Município:	Ponte Nova - MG

Obrigações do Outorgado: Respeitar normas do Código de Águas e Legislação do Meio Ambiente, bem como cumprir integralmente a condicionante descrita na portaria.

Belo Horizonte, 22.09.2009

Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento - DMAES
Outorgado

Cleide Izabel Pedrosa de Melo
Diretora Geral



feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

IBAMA
INSTITUTO BRASILEIRO
DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS



SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CERTIDÃO

CNPJ DO ÓRGÃO: 17.387.481/0001-32

CERTIDÃO DE CADASTRO PARA ABASTECIMENTO DE PEQUENOS NÚCLEOS POPULACIONAIS RURAIS

O INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – IGAM certifica que o cadastro para abastecimento de pequenos núcleos populacionais rurais, requerido por DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - DMAES, portador do CPF/CNPJ nº 23.802.507/0001-64, com captação estabelecida no ponto de coordenadas geográficas de latitude 20°27'54,98" e de longitude 42°52'42,97", no Município de PONTE NOVA, encontra-se regularizado, nos termos da Portaria IGAM nº 48/2019, conforme dados fornecidos pelo(a) requerente em formulário próprio, sendo dispensado de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Sandra Aparecida Moreira Scheffer
Unidade Regional de Gestão das Águas do Instituto Mineiro de Gestão das Águas
Urga-ZM

(Conforme delegação de competência contida na Portaria IGAM nº 012, de 02 de maio de 2018).

CERTIDÃO VÁLIDA POR 10 (DEZ) ANOS A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO.**Ubá, 11 de dezembro de 2020**

Documento assinado eletronicamente por **Sandra Aparecida Moreira Scheffer, Gerente**, em 30/12/2020, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://portal.mg.gov.br>, informando o código verificador 22981713 e o código CRC 35E1D3F5.

ADEQUAÇÃO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Senhor Presidente,

Em análise ao pedido contratação de empresa de abastecimento contínuo de água tratada e coleta de esgoto para a Câmara de Ponte Nova, no exercício de 2024, informo que há na presente data disponibilidade orçamentária para a contratação, na seguinte rubrica:

Órgão: 01 - Poder Legislativo

Unidade: 01 - Câmara Municipal

Funcional: 01.122.0047.6003.0000 - Manutenção das Atividades Administrativas

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica

Ficha 15.

Informo, ainda, que há recursos financeiros suficientes para cobrir as despesas da aquisição, considerando as metas mensais estabelecidas.

Informo que foi considerado a estimativa de consumo dos anos de 2022 e 2023, onde foram pagos respectivamente R\$ 1.383,87 (hum mil trezentos e oitenta e três reais e oitenta e sete centavos) e, R\$ 1.627,52 (hum mil seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos)..

Ante ao exposto, há possibilidade de mensurar o valor da contratação por subelemento, em evidência.

Ponte Nova, 09 de janeiro de 2024.


Gilson Alves de Freitas

Contador: CRC/MG 58.432 - O

Agente Administrativo Especialidade Contabilidade



**PARECER JURÍDICO
FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA Nº 01/2024**

Senhor Presidente,

Foi encaminhado para esta Procuradoria proceder a análise da Formalização de Demanda nº 01/2024, com a finalidade de garantir a observância das formalidades legais para que se possa dar prosseguimento aos trâmites legais da contratação.

A Formalização de Demanda consiste na proposta de eventual **contratação de empresa de abastecimento contínuo de água tratada e coleta de esgoto**, tendo como justificativa ser indispensável para o funcionamento da Câmara e continuidade dos serviços prestados à população.

Analisando o procedimento, verifica-se que a formalização de demanda partiu do setor competente e há termo de referência para fins de especificação do objeto.

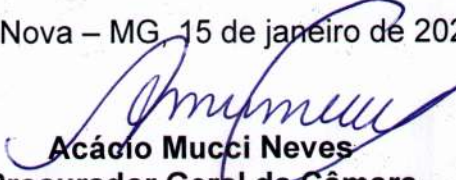
É informado no processo a disponibilidade orçamentária e financeira para concretização do objeto da licitação, satisfazendo-se quesito legal. Quanto à justificativa do preço, foi considerado a estimativa de consumo dos anos de 2022 e 2023, com um acréscimo de 20% no consumo, mostrando-se satisfatória.


Feitas estas considerações, infere-se que o procedimento de formalização de demanda para realização da Inexigibilidade, até o presente momento, encontra-se em conformidade com os parâmetros legais, não havendo obstáculos jurídicos à sua abertura e o seu devido prosseguimento.

Por fim, é de referir, que compete a esta assessoria opinar sob prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que são reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, muito menos examinar questões de natureza eminentemente técnica de outras áreas.

Diante do exposto, opina-se pela conformidade e prosseguimento do processo com os aspectos procedimentais adotados até o presente.

Ponte Nova – MG, 15 de janeiro de 2024.


Acácio Mucci Neves
Procurador Geral da Câmara
OAB/MG 138.547


1

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.953,00

OBJETO: Contratação de empresa de abastecimento contínuo de água tratada e coleta de esgoto.

Autorizo a abertura do processo administrativo para processamento da compra, devendo ser observados os requisitos legais estabelecidos, sujeito à homologação posterior.

Na qualidade de ordenador de despesas, declaro para fins de atendimento à Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 16, §1º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a referida despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ponte Nova – MG, 19 de janeiro de 2024.


Wellerson Mayrink de Paula
Presidente


DOCUMENTO DE INDICAÇÃO DA MODALIDADE DA COMPRA

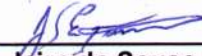
Portaria nº 69, de 26.10.2023

Unidade Requisitante	Divisão Administrativa	DFD Nº 01/2024
Responsável pela Demanda	Kamila Monteiro Magalhães	
Valor Estimado da Compra	R\$ 1.953,00 (Mil novecentos e cinquenta e três reais)	
Objeto	Contratação de empresa para fornecimento de água e captação de esgoto da sede da Câmara Municipal de Ponte Nova.	
Valor já empenhado de mesma natureza no decorrente ano declarado pelo contador (sub elemento).	Não.	
Haverá alguma contratação correlata no decorrente ano?	Não.	
Indicação da modalidade	Inexigibilidade, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21.	
Indicação do agente de contratação	Cleverson Aparecido G. Lara	

Ponte Nova, 19 de janeiro de 2024.

Ausente
Cláudio Antônio de Souza Coura



Claudiomiro Herneck Pires


Jairo de Sousa Ezequiel

Ausente
Maria Aparecida Lima


Cleverson Aparecido G. Lara